



MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ S.A.

CNPJ 22.902.554/0001-17

Balanco patrimonial				Passivo			Demonstração do Resultado do Exercício			Demonstração dos Fluxos de Caixa		
31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)				Circulante			31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)		
	Notas	2022	2021		Notas	2022	2021		Notas	2022	2021	
Ativo				Fornecedores	10	177.318	43.146	Receita líquida	18	1.271.034	981.466	
Circulante				Empréstimos e financiamentos	11	33.273	—	Custo dos produtos e serviços	19	(882.662)	(705.290)	
Caixa e equivalentes de caixa	4	327.771	142.070	Impostos a recolher	12	17.189	15.919	Resultado bruto		388.372	276.176	
Contas a receber de clientes		16.001	5.133	Adiantamento de clientes		3.960	3.597	Despesas operacionais	20	(45.652)	(37.965)	
Contas a receber de clientes - parte relacionada	13	235.534	67.033	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	50.535	—	Gerais e administrativas	21	(62.301)	(21.658)	
Estoques	5	40.472	47.365	Partes relacionadas	13	137.245	136.745	Outras receitas (despesas)		(107.953)	(59.623)	
Impostos a recuperar	6	10.753	5.187	Obrigações com terceiros	15	27.123	27.123	Resultado antes do resultado financeiro	22	280.419	216.553	
Despesas antecipadas		9.607	8.527	Dividendos propostos		43.176	22.177	e dos tributos		—	—	
Adiantamentos a terceiros	7	39.540	25.655	Obrigações trabalhistas		18.309	14.428	Resultado financeiro		15.856	4.804	
Outros ativos financeiros	11	58.049	—			508.128	263.135	Receitas financeiras		(15.533)	(6.124)	
		737.727	300.970	Não circulante				Despesas financeiras		323	(1.320)	
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	11	594.763	—	Resultado antes dos tributos sobre o lucro	23	280.742	215.233	
Depósito vinculado		2.212	150	Provisão de contingências	16	3.861	361	Imposto de renda e contribuição social		(98.947)	(73.171)	
Impostos a recuperar	6	26.032	37.425	Provisão para descomissionamento de ativos	14	31.408	—	Lucro líquido do exercício		181.795	142.062	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	—	3.984	Obrigações com terceiros	15	18.300	12.683			—	—	
Imobilizado	8	1.003.811	302.233	Outros passivos financeiros	11	56.957	—			—	—	
Intangível	9	45.586	50.427			705.290	13.044			—	—	
Outros ativos financeiros	11	11.044	—	Patrimônio líquido	17	490.732	350.390			—	—	
Outros ativos		2.659	2.579	Capital social		13.759	4.669			—	—	
		1.091.344	396.798	Reserva legal		2.789	—			—	—	
Total do ativo		1.829.071	697.768	Reserva de hedge	11	(15.578)	—			—	—	
				Ajustes acumulados de conversão		129.529	66.530			—	—	
				Reserva de lucro		615.653	421.589			—	—	
						1.829.071	697.768			—	—	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)												
		Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucro	Ajuste acumulado de conversão	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total				
Saldos em 31 de dezembro de 2020		298.755	—	—	—	—	(48.686)	250.069				
Aumento de capital		51.635	—	—	—	—	—	51.635				
Lucro do exercício		—	—	—	—	—	142.062	142.062				
Constituição de reserva legal		—	4.669	—	—	—	(4.669)	—				
Distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios		—	—	—	—	—	(22.177)	(22.177)				
Constituição de reserva de retenção de lucro		—	—	66.530	—	—	(66.530)	—				
Saldos em 31 de dezembro de 2021		350.390	4.669	66.530	—	—	—	421.589				
Aumento de capital		140.342	—	(66.530)	—	—	—	73.812				
Lucro do exercício		—	—	—	—	—	181.795	181.795				
Constituição de reserva legal		—	9.090	—	—	—	(9.090)	—				
Ajustes acumulados de conversão		—	—	—	(15.578)	—	—	(15.578)				
Custo de reserva de hedge		—	—	—	—	(2.789)	—	(2.789)				
Distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios		—	—	—	—	—	(43.176)	(43.176)				
Constituição de reserva de retenção de lucro		—	—	129.529	—	—	(129.529)	—				
Saldos em 31 de dezembro de 2022		490.732	13.759	129.529	(15.578)	(2.789)	—	615.653				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)												
1. Contexto operacional: A Companhia foi adquirida e denominada Mineração Morro do Ipê S.A. ("Morro do Ipê" ou "Companhia") em 17 de março de 2016, sendo que anteriormente a Companhia se chamava Santa Dominica Empreendimentos e Participação S.A. e possuía um capital social no valor de R\$0,15. Em 28 de outubro de 2016, a Mineração Morro do Ipê S.A. iniciou suas atividades em fase pré-operacional, através da aquisição de ativos da MMX Sudeste Mineração S.A. ("MMX Sudeste") por R\$137.255. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida no município de Brumadinho, no Estado de Minas Gerais, com atuação na extração de minério de ferro. Em 1º junho de 2017, a Companhia saiu da fase pré-operacional e iniciou suas atividades comerciais, destinadas exclusivamente para o mercado externo, realizando logo no mês de julho de 2017 sua primeira venda ao mercado externo, seguido dos meses de setembro e outubro deste mesmo exercício. A Companhia produziu em 2022 cerca de 3.385 mil toneladas úmidas (2.852 mil em 31 de dezembro de 2021) de produto acabado, e comercializou aproximadamente 3.364 mil toneladas úmidas (2.450 mil toneladas úmidas em 31 de dezembro 2021). A operação de Tico-Tico está prevista para o segundo trimestre de 2023. Devido aos efeitos das mudanças climáticas ocorridas de forma severa, com expectativas de piora do cenário global climático, a Companhia avaliou os seguintes fatores a fim de entender e considerar em sua operação os efeitos dessas mudanças como forma de atuar de maneira preditiva as alterações climáticas e políticas: (i) eventuais reduções de demanda das commodities devido a mudanças em políticas, ambiente regulatório, alterações legais, tecnológicas, de mercado ou sociais; e (ii) impactos físicos relacionados a eventuais aumento da frequência ou severidade de eventos climáticos extremos e relacionados a riscos crônicos resultantes de mudanças de longo prazo nos padrões climáticos. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: Em 14 de abril de 2023, a Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal ("going concern") dos negócios da Companhia. Todas as premissas adotadas pela Companhia são baseadas na melhor estimativa da Administração a respeito das condições futuras do mercado. A Administração acredita que as previsões se basearam em estimativas prudentes de preço e produção, porém mudanças significativas nessas premissas podem afetar o resultado e as reservas de caixa projetadas. Historicamente, a Companhia adotou uma estratégia de preservação de caixa, que restringe a assunção de compromissos para investimentos de capital significativo, a menos que exista uma fonte de recursos específica disponível. Isso protege a Companhia contra problemas de liquidez decorrentes de compromissos em projetos cuja fonte de financiamento ainda não foi definida. A Administração acredita que as premissas utilizadas para estimar os resultados financeiros da Companhia são prudentes, porém quaisquer mudanças no cenário macroeconômico podem ter impactos adversos na capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações de curto prazo. Caso a geração de caixa da Companhia, juntamente com suas reservas de caixa atuais, não seja suficiente para financiar seus passivos de curto prazo, a Administração buscará antecipadamente apoio financeiro de seus principais acionistas ou outras formas de ingresso de capital. Em conclusão, com base no atual saldo de caixa da Companhia, e na expectativa da Administração em relação aos custos operacionais e à geração de caixa, a Administração possui expectativa razoável de que a Companhia irá manter a continuidade de suas atividades pelo menos pelos próximos 12 meses. a) Demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. Em 14 de abril de 2023, a administração da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. b) Base de preparação e mensuração. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. c) Moeda funcional. De acordo com o CPC 02, os efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio, a moeda funcional é definida como moeda do ambiente econômico primário em que a entidade opera, ou seja, que efetivamente é o ambiente em que a entidade gera e gasta dinheiro. Analisando os fatores para determinação da moeda funcional, a Administração concluiu que a maior parte da Produção de Ferro da MMI será destinada ao Mercado de Exportação. Uma vez que o Minério de Ferro é determinado pelo Índice de Minério de Ferro (Platts) que é precificado em dólares americanos (incluindo multas, prêmios e etc.) entende-se que a sua receita está predominantemente atrelada à moeda dólar. Os indicadores primários e secundários avaliados pela Administração demonstram que o dólar refletirá melhor a moeda do principal ambiente em que a entidade opera, gera e gasta dinheiro. No contexto operacional da Companhia, a maior parte da produção de ferro da será destinada ao mercado externo. Adicionalmente, a Companhia possui um único comprador para 100% dos seus volumes de exportação. Os preços de venda do minério de ferro para o mercado externo são integralmente (incluindo multas, prêmios e etc.) determinados pelo Índice Internacional de Minério de Ferro (Platts) em USD. Com base no CPC 02 a MMI aplicou todos os procedimentos necessários à nova moeda funcional, prospectivamente, a partir da data da mudança, que foi 1º de janeiro de 2022. Em atendimento à legislação brasileira e de acordo com o pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional (Dólar) para a moeda de apresentação (Reais), sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio de fechamento do período, as contas de resultado pela taxa de câmbio na data da ocorrência e o patrimônio líquido pelo												
valor histórico de formação. O efeito da conversão para a moeda de apresentação é apresentado no patrimônio líquido como "Ajustes acumulados de conversão". 3. Resumo das principais práticas contábeis: 3.1. Instrumentos financeiros e operações de hedge. Ativos financeiros. Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contém um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ajustados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os principais passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos. Instrumentos financeiros derivativos. A operação com instrumentos financeiros derivativos, contratada pela Companhia, resume-se em "Swap", que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial e aquisição de bens para o ativo imobilizado. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de "hedge" de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge. A Companhia designa o instrumento de "hedge" relacionado a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de fluxo de caixa. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com o objetivo da gestão de riscos e a estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, e documentam se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuído ao risco sujeito a "hedge". Empréstimos, financiamentos e debêntures. São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos, financiamentos e debênture que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício, exceto pelo período de construção de ativos para os quais os recursos captados através da emissão de debêntures ainda estiverem em construção, onde neste caso os juros serão capitalizados no imobilizado. Instrumentos financeiros - apresentação líquida. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.2. Caixa e equivalentes de caixa. O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 3.3. Estoques. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os custos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação. 3.4. Imobilizado. O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros, variação cambial e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O imobilizado contém adiantamentos para prestação de serviços ou aquisições de itens de ativo fixo efetuado com base em contratos vigentes e são reclassificados para o devido grupo de contas quando os serviços ou equipamentos instalados estiverem aptos para sua utilização e geração de caixa. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados diretamente na demonstração do resultado quando incorridos. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear para parte civil, instalações e equipamentos administrativos, e método por unidade produzida para os equipamentos operacionais, levando em consideração a vida útil econômica desses bens. Descomissionamento de ativos. No reconhecimento da provisão de desmobilização de ativos e passivos ambientais, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e é depreciado pela vida útil dos ativos minerais correspondentes. O passivo de longo prazo é descontado ao valor presente utilizando uma taxa antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e registrado contra o resultado do exercício e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerais. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado. É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Qualquer alteração nessas pre-												
missas pode afetar significativamente o valor provisionado. Portanto, a Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente. 3.5. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ativo e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, no resultado do exercício, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ativo alocado, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ativo não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, sendo o limite da reversão o valor contábil, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. 3.6. Demais ativos e passivos circulantes e não circulante. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 3.7. Tributações. Impostos sobre vendas e serviços. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%. • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,0% e 76%. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Imposto de renda e contribuição social. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, computados sobre o lucro tributável na alíquota de 15%; acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, e 9% para contribuição social. As adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou excludentes de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A Companhia é tributada através do regime de tributação do Lucro Real. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e saldos de prejuízos fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Os impostos diferidos passivos são recon												



continuação

O intangível apresentado pela Mineração Morro do Ipê refere-se ao direito de exploração mineral de Tico-Tico e processamento dos finos de Ipê, adquiridos pela Companhia em conformidade com o descrito na nota explicativa do contexto operacional. O intangível é amortizado ao longo do período de operação da planta Ipê e exploração/operação de Tico-Tico levando em consideração o volume operado em cada exercício. Em 2022 a Companhia adquiriu três direitos minerários para futuras explorações, nos quais se encontram em processo final de pesquisa a ser apresentada à ANM (Agência Nacional de Mineração) até 02 de fevereiro de 2026. Após aprovação dos órgãos competentes a Companhia solicitará a LO (licença de operação) e prazo estabelecido para exploração. **Direitos Minerários:** Em 2022 foram arrendados pela Companhia através da 5 rodada de disponibilidade áreas pela Agência Nacional de Mineração (ANM) os seguintes direitos minerários: **Processo: 48054.832499/2022-31:** Localizado em Brumadinho, possui Alvará de Pesquisa nº 909 publicado pela ANM em 02/02/2023 com validade até 02/02/2026, período em que a Companhia efetuará pesquisas para avaliação do potencial da área. Titularidade: Mineração Morro do Ipê; Substância: Minério de ferro; Tamanho: 52,52 hectares. **Processo: 48054.832493/2022-64:** Localizado nos municípios de Conselheiro Lafaiete / Itaverava / Santana dos Montes, possui Alvará de Pesquisa nº. 908 publicado pela ANM em 02/02/2023 com validade até 02/02/2026, período em que a efetuará pesquisas para avaliação do potencial da área. Titularidade: Mineração Morro do Ipê; Substância: Minério de ferro; Tamanho: 305,08 hectares. **Processo: 48054.832505/2022-51:** Localizado no município de Mariana, está na fase de requerimento de pesquisa. Titularidade: Mineração Morro do Ipê; Substância: Minério de ferro; Tamanho: 540,29 hectares. **Recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil definida:** A administração não identificou a existência de indicadores que algum ativo pudesse estar acima do valor recuperável em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021. **10. Fornecedores**

	2022	2021
Fornecedores de materiais (*)	118.040	16.658
Fornecedores de serviços (*)	20.615	1.054
Provisão de fornecedores (**)	38.663	25.434
	177.318	43.146

(*) Representado, principalmente, por fornecedores do projeto Tico-Tico; (**) Referente principalmente a transporte ferroviário e rodoviário. **11. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge - Debêntures emitidas:**

	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	2022	2021	2022	2021
Debêntures em reais				
Principal	-	-	600.000	-
Juros	34.604	-	-	-
Custo de transação	(1.331)	-	(5.237)	-
	33.273	-	594.763	-

O passivo circulante e não circulante refere-se à Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real. As debêntures foram emitidas em 15 de agosto de 2022 no valor total de R\$600mil (seiscentos milhões de reais). A totalidade dos recursos captados nesta emissão tem a finalidade de ser aplicado conforme a seguir: ao investimento na expansão da produção total de minério de ferro da MMI, incluindo a construção de nova usina de beneficiamento de minério de ferro denominada Tico-Tico, de modo a ampliar a capacidade total de produção da Emissora de aproximadamente 2,8 milhões de toneladas por ano para aproximadamente 8,8 milhões de toneladas por ano no âmbito da exploração, pela MMI, das concessões de lavra na região de Serra Azul, Estado de Minas Gerais, relativas às minas de Tico-Tico e Ipê; (ii) repagamento dos empréstimos contraidos junto aos acionistas diretos ou indiretos da MMI existentes em 5 de agosto de 2022, com valor de principal agregado de US\$ 25 milhões (R\$ 130.412.500,00 equivalentes em reais); e (iii) o que sobejar, para propósitos corporativos gerais, incluindo, sem limitação, reforço de caixa e capital de giro da Companhia.

	Indexador/ juros	Vencimento	Saldo em
Debênture			2022 2021
2ª Emissão de debêntures	100% DI + Spread 2,10%	15/08/2027	634.604 -
Custos de transação			(6.568) -
			628.036 -

Foram emitidas 600.000 (seiscentas mil) debêntures não-conversíveis pelo valor unitário de R\$1.000,00 (mil reais) com vencimento em 5 anos a partir da data de emissão (15 de agosto de 2027). Estas debêntures têm prazo de carência de juros de 1 ano e de amortização de 18 meses a partir da data de emissão. A periodicidade de pagamento de juros e amortização é trimestral a partir do fim da carência, sendo a primeira parcela de juros devida em 15 de agosto de 2023 e de amortização em 15 de fevereiro de 2024. As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2022	2021
Ano de vencimento		
Até 2 anos	160.000	-
De 2 a 3 anos	160.000	-
De 3 a 4 anos	160.000	-
Acima de 4 anos	120.000	-
	600.000	-
Juros	34.604	-
Custos de transação	(6.568)	-
	628.036	-

Os contratos de empréstimos e financiamentos da companhia são garantidos por alienação fiduciária das ações da Companhia, de seus bens e equipamentos e do fluxo de caixa de recebíveis. Face aos contratos de financiamentos, há obrigações financeiras e não financeiras assumidas que devem ser cumpridas. Dentre elas, podem ser destacadas: (a) utilização da estruturação *waterfall* de contas correntes; (b) após o período de carência de juros, composição de saldo mínimo em Conta Reserva em 1 vez o valor do próximo pagamento de serviço da dívida; (c) após 31 de dezembro de 2024, manutenção do covenant de índice de cobertura da dívida (DSCR) acima de 1,5; (d) apresentação dos demonstrativos de resultados auditados; e (e) manutenção dos seguros operacionais. Não há *covenants* a serem atendidos em 31 de dezembro de 2022. Os *covenants* deverão ser atendidos a partir de outubro de 2023, considerando as regras, prazo para cumprimento e períodos de medição de cada *covenant* individualmente. **Operações com derivativos:**

	2022	2021
Derivativos designados como instrumento de <i>hedge</i>		
Swap de proteção cambial		
Ativo circulante	58.049	-
Ativo não circulante	11.044	-
Total de operações com derivativos	69.093	-
Passivo não circulante	56.987	-
Posição passiva de <i>hedge</i> accounting	12.136	-

Alinhado a gestão de riscos da MMI e sua moeda funcional, por interesse da MMI e do Bradesco BBI, em julho de 2022 quando assinaram o documento de termos e condições gerais da emissão das debêntures, acordaram que a integralidade do valor de emissão, bem como todo fluxo de caixa do serviço da dívida (pagamentos de amortizações e juros) seriam convertidos para dólares-americanos a uma taxa fixa por meio da contratação de um instrumento financeiro derivativo, o swap cambial e de fluxo de caixa. O instrumento de endividamento gerou uma exposição cambial em relação a moeda Reais e exposição ao indexador de juros CDI. Desta forma, na mesma data de assinatura da Escritura foi contratado também o swap com Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") com data de início programada para a mesma data de emissão das debêntures, isto é 15 de agosto de 2022. O instrumento, que é classificado como *hedge* de fluxo de caixa possui as seguintes características: a) Ponta ativa da MMI ou Ponta passiva do banco: • Valor nominal: R\$600.000.000,00; • Indexador do fluxo de caixa dos juros: CDI + 2,10% ao ano. b) Ponta passiva da MMI ou Ponta ativa do banco: • Taxa de câmbio de conversão para dólares: R\$5,1814; • Valor nominal: US\$115.798.818,85; • Indexador do fluxo de caixa dos juros: 6,73% ao ano. Assim, de modo efetivo, 100% do que a MMI tem a pagar aos debenturistas, ela irá receber do Bradesco pelo instrumento de swap. Por outro lado, passa a pagar ao Bradesco a estrutura denominada em dólares do instrumento de swap. Com a contratação do instrumento derivativo, a exposição cambial deixa de existir passando o valor total devido de principal e juros denominados em Reais para Dólares, que é a moeda funcional da MMI, e a exposição ao CDI também passa a ser nula já que a taxa de juros a pagar passa a ser fixa sem indexação a qualquer índice. A operação compartilhada pari passu as garantias que as debêntures dispõem: alienação fiduciária das ações da Companhia, de seus bens e equipamentos e do fluxo de caixa de recebíveis reais e de recebíveis da MMI. O instrumento é mensurado ao seu valor justo, com as variações reconhecidas em resultados abrangentes. O instrumento financeiro foi reconhecido pelo valor justo na data em que o contrato foi celebrado e é, subsequentemente, remensurado ao seu respectivo valor justo. Quando este for positivo, será registrado como ativo financeiro, e quando for negativo, passivo financeiro. O valor justo é composto pela soma dos fluxos de caixa projetados para as curvas ativas e passivas, descontados a valor presente. Para projeções foram utilizadas as curvas futuras de DI e de conversão de Dólares para Reais disponível na B3. Como contrapartida, até que as projeções se realizem, o valor justo integra o patrimônio líquido da Cia. Conforme disposto abaixo:

	Reserva de hedge de fluxo de caixa
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Swap	2.789
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.789
Os montantes classificados no ativo circulante e não circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido possuem o seguinte cronograma projetado de pagamento:	

MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ S.A.

CNPJ 22.902.554/0001-17

Ano de vencimento	2022	2021
2023	58.049	-
2024	11.044	-
2025	(7.815)	-
2026	(23.472)	-
2027	(25.671)	-
Total	12.136	-

Já os valores provisionados em ambas as curvas até 31 de dezembro de 2022 serão reconhecidos como receita ou despesa. Uma vez que o instrumento é intrínseco ao Projeto Tico-Tico, as apropriações de derivativo serão capitalizadas no ativo imobilizado, até sua entrada em operação. As apropriações que não foram liquidadas entre as partes, são contabilizadas no passivo e no ativo.

12. Impostos a recolher	2022	2021
IRPJ e CSLL	5.756	7.714
ICMS	-	230
ISS	2.280	1.037
CFEM	5.873	1.860
CIDE sobre importação	913	961
PIS e COFINS sobre importação	843	2.599
Outros	1.524	1.518
	17.189	15.919

13. Partes relacionadas	2022	2021
Trafigura PTE	235.534	67.033
	235.534	67.033

A parte relacionada Trafigura Pte é o principal cliente da Companhia correspondendo aproximadamente 83% do total das vendas em 31 de dezembro de 2022 (82% em 31 de dezembro de 2021). O montante a receber refere-se integralmente a exportação de minério de ferro, conforme preço da *commodity* definido em contrato, corrigido pelas flutuações de prêmio e penalidades da *commodity* entre o embarque e 60 dias após o embarque. Nesse sentido 75% do montante da venda é recebido na data do embarque com o valor corrigido por atualizações de preço de prêmio e penalidades entre a data de encerramento do exercício e a data de vencimento da fatura, de forma a registrar sua efetiva expectativa de recebimento dos saldos. Não há juros incidentes sobre contas a receber de clientes, pois os prazos para pagamentos são respeitados pelos clientes conforme estabelecidos em contratos de venda a preço futuro.

	Contas a pagar
	2022 2021
Porto Sudeste (a)	94.384 97.353
Trafigura PTE (b)	42.861 39.392
	137.245 136.745

(a) Contratos de prestação de serviços portuários. (b) A Trafigura PTE efetua a venda externa e garante a venda do minério produzido pela MMI. Como contrapartida a MMI paga um percentual específico sobre as vendas efetuadas no mercado externo a título de agenciamento. A liquidação deste montante ocorrerá uma vez que o projeto Tico-Tico entrar em operação. **Remuneração do pessoal-chave.** A Companhia efetuou pagamentos a título de remuneração no montante de R\$3.405 (R\$3.401 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à remuneração dos administradores-chave da Companhia pagos em 2022. **14. Provisão para descomissionamento de ativos.** A Companhia está sujeita a regulamentações, que preveem a obrigação de descomissionar os ativos em que a Mineração Morro do Ipê opera ao término de sua vida útil. Estas obrigações são regulamentadas pela ANM no âmbito federal e por órgãos ambientais nos âmbitos estaduais. Dentre os requerimentos, os planos de descomissionamento devem considerar a estabilidade física, química e biológica das áreas e ações de pós fechamento pelo período necessário para verificar a eficácia das medidas adotadas de descomissionamento. Essas obrigações estão provisionadas e estão sujeitas a estimativas e premissas críticas aplicadas na mensuração dos custos pela Companhia. Adicionalmente, a implementação de ações de uso futuro, após o término do descomissionamento, não está prevista em lei. Contudo, a Companhia está estudando uma governança que avalie possibilidades de uso futuro, tendo em vista as aptidões, a intenção de uso pós-operacional, desenvolvimento socioeconômico da comunidade e as características dos meios físico e biótico de cada localidade onde a Mineração Morro do Ipê opera. Eventuais compromissos futuros, se assumidos pela Companhia, poderão resultar em impacto material no valor da provisão. É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor provisionado. Portanto, a Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente. No reconhecimento da provisão de desmobilização de ativos e passivos ambientais, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e é depreciado pela vida útil dos ativos minerários correspondentes. O passivo de longo prazo é descontado ao valor presente utilizando uma taxa antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e registrado contra o resultado do exercício e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado. É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor provisionado. Portanto, a Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente. O total provisionado em 31 de dezembro de 2022 foi de 31.408.

15. Obrigações com terceiros	2022	2021
Circulante		
TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) (a)	-	4.612
TCCF (Termo de Compromisso de Compensação Florestal) (b)	22.511	22.511
	27.123	27.123

Não Circulante	2022	2021
TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) (a)	8.021	12.683
TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) das chuvas (c)	3.864	-
TAC (Barragens B1, B1 auxiliar e B2 Ipê) (d)	6.415	-
	18.300	12.683
	45.423	39.806

(a) Refere-se a indenização e a adoção de medidas de controle e proteção das cavidades naturais subterrâneas propostas para compensação espeleológica em virtude dos danos causados às 53 cavidades naturais subterrâneas, localizadas na ADA da Mina Tico-Tico, nos municípios de Brumadinho, Itaperi e São Joaquim de Bicas, conforme determina o Decreto Estadual n. 47041/2016. Valor será pago em 60 parcelas, restando em 31 de dezembro de 2022, 33 parcelas. (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Florestal que estabelece a medida compensatória de natureza florestal prevista nos arts. 17 e 32 da Lei Federal n. 11428/2006 c/c artigos 26 e 27 do Decreto n. 6.660/2008, em decorrência da intervenção em vegetação nativa pertencente ao Bioma Mata Atlântica, conforme apurado nos autos do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, Pá COPAM no 37478/2016/031/2018, cujo parecer único de compensação Florestal - SUPPRI. 02/2019, obteve a chancela e aprovação na 31ª Reunião Extraordinária da Câmara Temática de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas - CPB, realizada em 08/05/2019. Este montante reflete o valor dos terrenos que serão transferidos para o Governo do Estado de Minas Gerais como forma de compensação espeleológica e florestal, conforme descrito na Nota 7. (c) Refere-se a Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público em 3 de novembro de 2022 que visa a solução consensual do que restou apurado no Inquérito Civil nº 0301.19.000510-0 que ficou extinto e foi arquivado mediante a celebração do TAC, a título de compensação pelos danos ambientais em virtude das fortes chuvas de janeiro de 2022. (d) Refere-se a Termo de Compromisso firmado com o Ministério Público Estadual e Federal, FEAM e SEMAD em 24 de fevereiro de 2022 que visa a adoção de medidas para adequação da Ipê (Minas Ipê e Tico-Tico) ao que dispõe a Lei Estadual nº 23.291/2019, mediante fixação de medidas necessárias para a descaracterização das barragens B1 Auxiliar - Mina Tico-Tico, B2 - Mina Tico-Tico e B1 - Mina Ipê, com a estipulação de formas para reparação e compensação por danos morais coletivos decorrentes dos descumprimentos do prazo legal para a descaracterização das estruturas.

16. Provisões para riscos	2022	2021
Causas trabalhistas	257	139
Causas de riscos cíveis	1.765	-
Causas ambientais	1.839	222
	3.861	361

Provisionamento para o fechamento de mina e recuperação ambiental. Os requisitos e condições para o provisionamento do fechamento das minas de Ipê e Tico-Tico foram estabelecidos no Contrato de Arrendamento Minerário firmado entre Mineração Morro do Ipê e a Companhia de Mineração Serra da Fátima - CEFAR (detentora dos direitos minerários), que estabelece que os custos e despesas relativos ao Plano de Fechamento serão arcados pela Arrendatária e pela Arrendante proporcionalmente à contribuição de cada parte para exaustão das reservas contábeis na poligonal dos Direitos Minerários, apenas após o início da lavra, o que ainda não ocorreu. Dessa maneira, a Administração entende que a área degradada atual não é de responsabilidade da Companhia. **Ação Civil Pública nº 0068003-4720178.13.0301.** Em

2017, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ingressou com Ação Civil Pública em face das empresas MMX Sudeste Mineração e Mineração Morro do Ipê com objetivo de obrigar as rés a realizar ações preventivas de estabilidade das barragens do complexo minerário operado pela Mineração Morro do Ipê. O valor atribuído a ação é de R\$1.000 e as chances de perda foram classificadas inicialmente pelo escritório de advocacia contratado para representar a Morro do Ipê como possível. No entanto, em 2018, após a Companhia comprovar através da apresentação de relatórios técnicos que as barragens têm grau de estabilidade atestado por consultor externo, foi celebrado acordo judicial com o MP para que a empresa cumprisse ações já previstas em legislação, mais especificamente como relação à elaboração do Plano de Ação de Emergência de Barragens (PAEBM). O acordo foi homologado em juízo e se encontra em pleno efeito, nenhuma multa indenizatória ou compensatória foi aplicada. O processo havia sido arquivado e as ações estabelecidas vinham sendo cumpridas tempestivamente. No entanto, em decorrência do acidente da barragem de Feijão, em 25 de janeiro de 2019, o Ministério Público ingressou com pedido de tutela de urgência nos autos da Ação Civil Pública objetivando a paralisação de qualquer atividade relacionada às barragens de rejeito da Companhia. Tal pedido foi acatado pelo juízo, sendo determinado que a Morro do Ipê realizasse nova auditoria em suas barragens, além da antecipação de todas as ações previstas no Termo de Acordo, sendo determinada audiência extraordinária em 08 de fevereiro de 2019. Não obstante, a Companhia requereu a reconsideração do juízo, apresentando laudos que comprovam a estabilidade das estruturas, além de informativo da ANM afirmando a não constatação de quaisquer instabilidades das estruturas que justificassem a paralisação da Companhia. Dessa forma, a juíza da ação, em consonância com o MPMG, aceitou os documentos apresentados, bem como autorizou a retomada as atividades da empresa unicamente em relação a barragem B1 Auxiliar (a qual foi paralisada novamente após decisão do órgão ambiental que revogou Termo de Ajustamento de Conduta que permitia a operação da estrutura). Foi acordado, em comum acordo entre as partes, que a empresa realizaria o protocolo de novo relatório de auditoria por empresa terceira diferente daquela que até então havia prestado informações no processo judicial, bem como antecipa as ações do termo firmado com o Ministério Público. A Morro do Ipê vem cumprindo tempestivamente os novos prazos estabelecidos em juízo. Em 2020 foram concluídas todas as etapas necessárias para a apresentação dos relatórios de estabilidade das barragens pela nova empresa de auditoria, todos os documentos foram apresentados em juízo, bem como foram fornecidos os devidos esclarecimentos solicitados pelo Ministério Público. Em 2021 o MP apresentou parecer sobre o cumprimento do Termo de Acordo e solicitou alguns esclarecimentos. Reiterou, também, pedidos liminares. Após manifestação da empresa em 24 de janeiro de 2022, o MP informou que os documentos apresentados seriam analisados e, caso necessário, seriam tomadas as providências cabíveis pelas vias próprias. Em 1 de fevereiro de 2022, foi determinado o arquivamento dos autos e em 5 de abril de 2022, os autos foram arquivados definitivamente. As questões tratadas na ACP referentes ao PAEBM continuam em análise pelo MP fora dos autos da ação, o que não descarta a possibilidade do MP questionar tal cumprimento posteriormente, por meio de instrumento processual próprio (cumprimento de sentença relacionado à ACP). Em 11 de julho de 2022, foi ajuizado ação de cumprimento de sentença pelo MP, o qual, após as devidas providências pela Companhia, inclusive a celebração de Termo de Compromisso em 10 de agosto de 2022, foi definitivamente encerrado em 30 de novembro de 2022, mediante homologação judicial do acordo entabulado entre as partes.

17. Patrimônio líquido. Capital Social. O conceito de capital social e investimento efetuado na companhia pelos acionistas e representado pelo Capital Social. Este abrange não só as parcelas entregues pelos acionistas como também os valores obtidos pela sociedade e que, por decisões dos proprietários, se incorporam ao Capital Social, representando uma espécie de renúncia a sua distribuição na forma de dinheiro ou de outros bens. Em 21 de dezembro de 2021, a Companhia realizou aumento de capital social para R\$51.635 dividido em 47.027.935 ações ordinárias nominativas, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária. As ações ordinárias emitidas são de propriedade do Fundo de Investimentos Participações Ipê Mineração. Em 30 de março de 2022 e 27 de maio de 2022, a Companhia realizou aumentos de capital social totalizando R\$51.635 divididos em 47.027.935 ações ordinárias nominativas, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária. As ações ordinárias emitidas são de propriedade do Fundo de Investimentos Participações Ipê Mineração. Em 1º de julho de 2022 a Companhia por meio de Assembleia Geral Extraordinária decidiu destinar para novo aumento de capital social o lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2021, após constituição de reserva legal, para R\$88.706 perfazendo um capital social total de R\$490.732, dividido em 435.488.416 ações ordinárias nominativas. **Reserva Legal.** As reservas de capital representam acréscimos efetivos aos ativos da companhia que não foram originados dos lucros auferidos em suas operações, por não representarem efeitos de seus próprios esforços, mas assim de contribuições de acionistas e de terceiros para o patrimônio líquido da companhia com o fim de propiciar recursos para o capital. Reserva Legal - tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. No exercício de 2021 a Companhia constituiu reserva legal de R\$4.669 calculada com base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei. 193 da Lei nº 6.404/76, até que se atinja 20% (vinte por cento) do capital social total vigente em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia constituiu nova reserva legal conforme determinação da Lei nº 6.404/76, aumentando-a em R\$9.090 perfazendo o total de reserva legal para R\$13.759. **Swap Perda/Ganho (Hedge de fluxo de caixa).** A Companhia contratou operações de *hedge* para proteger seu fluxo de caixa contra o risco de mercado relacionado à sua dívida atribuída ao investimento em sua nova planta operacional, principalmente o risco cambial. A operação de *hedge* cobre grande parte da dívida em reais, e são utilizadas operações de swap e a termo para converter a dívida financeira em reais para dólares americanos, buscando fluxos semelhantes ao da dívida financeira de acordo com as condições de liquidez de mercado. Alinhado a gestão de riscos da MMI e sua moeda funcional, por interesse da MMI e do Bradesco BBI, em julho de 2022 quando assinaram o documento de termos e condições gerais da emissão das debêntures, acordaram que a integralidade do valor de emissão, bem como todo fluxo de caixa do serviço da dívida (pagamentos de amortizações e juros) seriam convertidos para dólares-americanos a uma taxa fixa por meio da contratação de um instrumento financeiro derivativo, o swap cambial e de fluxo de caixa. **Ajustes de conversão.** Representados pelo registro contábil da variação cambial dos balanços elaborados na moeda funcional da Companhia (Dólar) registrados em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 02. **Reserva de Lucros.** São reservas constituídas a partir das destinações de lucro líquido do exercício, por proposta dos órgãos da administração à assembleia de acionistas. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A Companhia apurou em 31 de dezembro de 2022 R\$181.795, de lucro líquido no exercício, dos quais R\$ 9.090 foram transferidos para reserva legal, R\$43.176 foi destinado a dividendos mínimos obrigatórios e R\$129.529 serão deliberados após Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no exercício de 2023, para aumento do capital social, sem a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

18. Receita líquida	2022	2021
Receita bruta	222.465	183.686
Venda de minério mercado interno	1.067.704	818.609
Venda de minério mercado externo	1.290.169	1.002.295

Deduções da receita	2022	2021
PIS	(1.110)	(2.926)
COFINS	(3.215)	(13.474)
ICMS	(14.810)	(4.429)
	(19.135)	(20.829)
	1.271.034	981.466

A receita é reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo o mecanismo de precificação provisória embutido nesses contratos caracterizado como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado. Em alguns casos, o preço de venda para mercado externo é determinado provisoriamente na data da transação, ou seja, na data do embarque, sendo os ajustes subsequentes baseados nas variações dos preços cotados de mercado até a data da fixação do preço final.

19. Custo dos produtos e serviços	2022	2021
Custos logísticos	(562.353)	(503.333)
Insumos	(35.409)	(15.106)
Pessoal	(47.739)	(32.285)
Depreciação e amortização	(6.856)	(6.997)
Energia elétrica	(7.060)	(5.255)
Royalties	(55.509)	(22.314)
Combustíveis	(5.783)	(15.597)
Serviços / Manutenção e reparos	(22.708)	(9.499)
Aluguel de veículos / equipamentos / imóveis	(77.189)	(49.869)
Taxas e contribuições sobre atividades minerárias	(47.946)	(32.662)
Provisão para perda de estoques	(9.654)	(10.740)
Outros	(4.456)	(1.633)
	(862.662)	(705.290)

20. Despesas gerais e administrativas	2022	2021
Pessoal	(24.398)	(20.622)
Serviços de terceiros	(15.942)	(11.942)
Depreciação e amortização	(905)	(1.179)
Aluguéis	(2.189)	(1.684)
Outras	(2.218)	(2.538)
	(45.652)	(37.965)

21. Outras receitas (despesas) operacionais	2022	2021
Geotecnia	(48.552)	(20.625)
TAC - Descaracterização Barragens B1 Ipê, B1 Auxiliar TT e B2 TT (*)	(6.415)	-
TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) - chuvas (**)	(3.864)	-
Outros	(3.760)	(1.033)
	(62.301)	(21.658)

(*) Refere-se ao Termo de Compromisso mencionado na Nota 15 (d). (**) Refere-se ao Termo de Ajustamento de Conduta descrito na Nota 15 (c).

22. Resultado financeiro	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	15.820	4.801
Outras	36	3
	15.856	4.804

Despesas financeiras	2022	2021
Taxas bancárias	(942)	(114)
Variação cambial (*)	(11.384)	(5.091)
Juros	(1.332)	(488)
Outras despesas financeiras	(1.875)	(431)
	(15.533)	(6.124)
	323	(1.320)

Resultado financeiro (*) O efeito de variação cambial no resultado refere-se ao endividamento denominado em reais, considerando que a moeda funcional da Companhia passou a ser o dólar em janeiro de 2022. **23. Imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	2022	2021
Impostos diferidos ativos (passivos)		
Prejuízos fiscais	-	-
Base negativa de contribuição social	-	-
Despesas pré-operacionais tratadas como ativo diferido para fins fiscais	-	299
Provisão participação dos lucros	2.270	1.950
Provisão para contingências ambientais	1.290	100
Provisão de venda a terceiros - externo a faturar	(44.462)	(36)
Juros sobre debentures	(11.784)	-
Rendimento Aplicação Financeira sobre debentures	2.955	-
Variação cambial	(824)	1.671
	(50.535)	3.984



continuação		MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ S.A.			
		CNPJ 22.902.554/0001-17			
		2022	2021		
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e bancos (nível 2)					
Aplicações financeiras (nível 2)					
Valor justo por meio de resultados abrangentes					
Operações com derivativos (nível 2)					
Custo amortizado					
Contas a receber de clientes					
Contas a receber de clientes - parte relacionada					
Passivos financeiros					
Valor justo por meio de resultados abrangentes					
Operações com derivativos (nível 2)					
Custo amortizado					
Fornecedor					
Empréstimo					
Partes relacionadas					
Demais contas a pagar					

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG
A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG informa que fica determinada a **SUSPENSÃO SINE DIE**, restando suspensa a sessão pública designada para o dia 25/04/2023 do Processo 21/2023 Concorrência Pública 04/2023 – O objeto da presente licitação é a Contratação de serviço de Gerenciamento, Supervisão e Apoio Técnico a Fiscalização das obras do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, conforme Projeto Básico - Anexo I deste Edital, mediante Contrato de Prestação de Serviço, a ser celebrado com o município de São Gonçalo do Rio Abaixo.

MUNICÍPIO DE CANAÃ-MG
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 003/2023
O Município de Canaã/MG, torna público que fará licitação na modalidade **Tomada de Preços nº 003/2023, Processo Licitatório nº 030/2023 - Objeto:** Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica, meio-fio e drenagem superficial de via urbana, a ser executado na Rua Antenor Lopes de Souza, Centro, Canaã/MG, conforme Convênio nº 1301001779-2021- SEINFRA. **Data para credenciamento dos licitantes:** Dia 11/05/2023 às 08h30min. **Data de abertura da sessão:** Dia 11/05/2023 às 09h00min. A cópia integral do edital encontra-se a disposição dos interessados na Sala da Comissão de Licitações no endereço Praça Arthur Bernardes, 82 - Centro - Canaã/MG, CEP: 36.592-000 e no site oficial www.canaa.mg.gov.br - **Maiores informações:** e-mail: licitacaocanaa01@gmail.com, telefone: (31) 3892-1154.
Alex Junior Macedo - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - Reabertura da Concorrência Pública 010/2023 no dia 29/05/2023 às 09h30min, com recebimento dos envelopes até 09h. Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria técnica para o sistema de transporte coletivo urbano do município de Lagoa Santa/MG. O edital na íntegra estará disponível na Rua São João, 290 – Centro, no horário de 12h às 17h e/ou no site www.lagoasanta.mg.gov.br.
Daniel Alves Vilela/Presidente CPL

Jaíba C Energias Renováveis S.A.																	
CNPJ nº 37.995.372/0001-05																	
Relatório da Administração - Demonstrações Financeiras																	
Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho apresentado. Jaíba, 25 de abril de 2023																	
A Diretoria.																	
Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)																	
Ativo				Passivo e patrimônio líquido													
Circulante				Circulante													
Caixa e equivalentes de caixa				Fornecedores													
Contas a receber de clientes				Tributos a recolher													
				Dividendos a pagar													
				Arrendamentos													
				Outros passivos													
Não circulante				Não circulante													
Partes relacionadas				Partes relacionadas													
Outros ativos				Arrendamentos													
				Total do passivo													
Imobilizado				Patrimônio líquido													
Intangível				Capital social													
Direito de uso sobre contratos de arrendamentos				Reserva legal													
				Reservas de lucros													
Total do ativo				Total do patrimônio líquido													
				Total do passivo e patrimônio líquido													
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras																	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)																	
		Nota	Capital social	Reserva de lucros Legal	Retenção	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido										
Em 1º de janeiro de 2021			3.847	—	—	—	3.847										
Em 31 de dezembro de 2021			3.847	—	—	—	3.847										
Lucro líquido exercício			—	—	—	103	103										
Total resultado abrangente do exercício			—	—	—	103	103										
Aumento de capital		1.1.1 (a)	36.000	—	—	—	36.000										
Destinação do lucro do exercício																	
Constituição de reserva legal			—	5	—	(5)	—										
Dividendos mínimos obrigatórios			—	—	—	(24)	(24)										
Retenção de lucros			—	—	74	(74)	—										
Contribuições e distribuições aos acionistas			36.000	5	74	(103)	35.976										
Em 31 de dezembro de 2022			39.847	5	74	—	39.926										
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras																	
Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)																	
1 Considerações gerais: A Jaíba C Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de Jaíba, estado de Minas Gerais, foi constituída em agosto de 2020, e tem como objetivo desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usina de energia elétrica por fonte solar. A Companhia é controlada direta da <i>holding</i> SF401 Participações Societárias S.A. e indireta das Companhias Jaíba V Holding S.A. ("Jaíba V"), CESP Companhia Energética de São Paulo ("CESP") e Auren Energia S.A. ("Auren"). As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). A Companhia encontra-se em fase pré-operacional de construção do seu parque solar com expectativa de entrada em operação comercial no primeiro trimestre de 2024. 1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022: 1.1.1 Principais eventos societários: (a) Aumento de capital: Em 31 de agosto, 26 de outubro e 30 de novembro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, a controladora indireta Jaíba V aprovou o aumento de capital social, no montante de R\$ 36.000, passando o capital social de R\$ 3.847 para R\$ 39.847, conforme movimentação a seguir:																	
Mês		Controladora		Transferência via caixa													
Agosto		Jaíba V		1.000													
Outubro		Jaíba V		10.000													
Novembro		Jaíba V		25.000													
				36.000													
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis: 2.1 Base de apresentação: (a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2022, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (<i>International Financial Reporting Standards</i> ("IFRS")) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> ("IASB") e interpretações "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. (b) Base de apresentação: A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. (c) Aprovação das demonstrações financeiras: A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 24 de abril de 2023. 2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").																	
3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB: 3.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia: As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:																	
Pronunciamentos alterados		Natureza da alteração															
CPC 27 - Imobilizado		Prover <i>guidance</i> para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para seu uso pretendido.															
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes		Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.															
CPC 15 - Combinação de negócios		Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.															
Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de não divulgar um exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) IAS 41/CPC 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis.																	
3.2 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia: As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez em exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023:																	
Pronunciamentos alterados		Natureza da alteração															
CPC 50 - Contratos de seguros		Adoção inicial.															
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro		Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção.															
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis		Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis.															
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro		Prover <i>guidance</i> sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.															
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture		Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.															
A Companhia está analisando as emendas às normas contábeis mencionadas acima a fim de avaliar possíveis impactos em suas políticas operacionais e contábeis.																	
4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:																	
Nota		Estimativas e julgamentos significativos															
6		Imobilizado															
5. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário. Em 31 de dezembro de 2022, os equivalentes de caixa possuem taxa média de remuneração de 100,00% do CDI (99,00% do CDI em 31 de dezembro de 2021).																	
Caixa		2022		2021													
Caixa e bancos		89		3													
		89		3													
Equivalentes de caixa																	
Quotas de fundos de investimentos (i)		33.994		—													
		33.994		—													
		34.083		3													
Caixa e equivalentes de caixa		2022		2021													
AAA		34.083		3													
		34.083		3													
Os <i>ratings</i> decorrentes de classificação de classificação interna foram extraídos de agências de <i>rating</i> (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas. 6. Imobilizado: Política contábil: É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de																	
Diretoria					Contadora												
Mario Antonio Bertoncini - Diretor					Aline Guadalupe Goncalves Neves - CRC: PR-074475/O - CPF: 089.117.759-08												

exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho apresentado. Jaíba, 25 de abril de 2023

A Diretoria.

Demonstração do Resultado		
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		
	Nota	2022
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	11	(226)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		
Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras	12	502
Despesas financeiras		(110)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	13	(63)
Lucro líquido do exercício		
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras		

Demonstração do Resultado Abrangente	
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)	
	2022
Lucro líquido do exercício	103
Outros resultados abrangentes	—
Total do resultado abrangente do exercício	103



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPONVAR/MG

Processo Licitatório nº 041/2023

Chamada Pública nº 005/2023

Credenciamento de instituição educacional para a

implantação do programa social bolsa aprendizagem

profissional. Prazo de credenciamento: até 15/05/2023 até

às 14:00 horas. Edital disponível através do e-mail:

japonvarlicitacao@gmail.com ou diretamente na sede do

Município - Rua Curitiba, nº 112, Centro, Japonvar/MG.

Welson Gonçalves da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA/MG

• **Aviso contendo o resumo do Edital** - A Prefeitura Municipal de São João da Lagoa - MG torna público que está aberto o prazo para o **CREDECENCIAMENTO nº 002/2023, Processo Licitatório nº 029/2023**, Inexigibilidade nº 006/2023. Objeto: **Credenciamento de Pessoas Físicas e/Ou Jurídicas que tenham interesse no fornecimento de Refeição Tipo Prato Feito, Refrigerantes e sucos, na sede do município de São João da Lagoa, Distrito de São Roberto de Minas e Comunidades Rurais.** O Credenciamento ocorrerá a partir da data de sua publicação, válido por 12 meses, sem qualquer exclusividade, nos termos da legislação em vigor. Informações: setor licitações, Av. Coração de Jesus, nº 1005, centro, site www.saojoaodalagoa.mg.gov.br, e-mail licita.pmsjl@yahoo.com.br. São João da Lagoa, 24 de abril 2023. José Leonan Leite dos Santos - Presidente da CPL.

• **Aviso contendo o resumo do Edital.** A Prefeitura Municipal de São João da Lagoa - MG torna público que realizará **Pregão Eletrônico nº 002/2023, Processo Licitatório nº 030/2023**. Objeto: **Aquisição de Material de Limpeza, Produtos de Higienização, Copa Cozinha e Descartáveis.** Credenciamento: 08/05/2023, às 9:00h. Sessão oficial: 08/05/2023, às 9:10 horas. Edital: sites www.saojoaodalagoa.mg.gov.br - www.licitardigital.com.br Informações: Av. Coração de Jesus, nº 1005, centro, email licita.pmsjl@yahoo.com.br. Fone: (38) 32288133. São João da Lagoa, 24 de abril de 2023. Betânia Saraiva Eulálio - Pregoeira.

11ª VARA CÍVEL DE BELO HORIZONTE - Edital de Citação. Comarca de Belo Horizonte/ MG. Prazo de 20 dias. A Dra. Cláudia Aparecida Coimbra Alves, MM Juíza de Direito da 11ª Vara Cível, na forma da Lei. Etc Faz saber a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria tramita os autos do Procedimento Comum Cível Processo eletrônico número 5035592-13.2020.8. 13.0024, proposta por ROSEL Y MARIA MENDES em face THUBAN EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA e outro, em que alega o autor que celebrou junto à Primeira Requerida, via Instrumento Particular e Promessa de Compra e Venda, a aquisição de um imóvel com as seguintes descrições Uma Unidade Autônoma de nº. 630, situada na Torre 01 do Condomínio Parque Avenida, localizado na Avenida Raja Gabaglia, nº. 2.000, com área privativa principal de 33,05m², área comum de 8,38m², fração ideal no terreno condominial 0,0013096; com direito ao uso de 01 (uma) vaga de garagem indeterminada a ser utilizada em conformidade com as regras estabelecidas na Convenção de Condomínio, mesmo tendo os valores ajustados sido integralmente pagos, o bem supramencionado continua gravado de garantia real, isto é, está hipotecado em garantia ao Segundo Requerido, Banco Itaú, segundo consta nas matrículas atualizadas do respectivo imóvel Sendo assim, a Autora pretende a liberação da hipoteca que grava o imóvel já devidamente quitado Deu-se a causa o valor de R\$ 387.400,00 Estando o Réu THUBAN EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA CNPJ 10.315.988/0001-31 em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital de citação do mesmo, para querendo no prazo de 15 dias contestar a ação, sob pena de revelia. No caso de revelia do Réu será nomeado Curador Especial. Para conhecimento de todos os interessados o presente edital será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Belo Horizonte, 29/03/2023. Advogada da Autora Raquel Fernandes Silva OAB/MG 97.626. A Escrivã Rozana GERALDA COLINI.

Jaíba CN Energias Renováveis S.A.

37.995.403/0001-28

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e relatório dos auditores independentes

Relatório da Administração - Demonstrações Financeiras

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas, as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial aos nossos colaboradores pelo empenho apresentado. Jaíba, 25 de abril de 2023.

A Diretoria

Balanço patrimonial

Nota

2022

2021

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Contas a receber de clientes

Despesas antecipadas

Outros ativos

Não circulante

Depósitos judiciais

Outros ativos

Imobilizado

Intangível

Direito de uso sobre contratos de arrendamentos

Total do ativo

Capital social

Prejuízos acumulados

Patrimônio líquido

Capital social

Prejuízos acumulados

Patrimônio líquido

2022

2021

5

34.732

2

1

550

28

4

35.282

35

840

30

49

870

49

6

4.808

7

2.911

7.719

3.718

43.871

3.802

Capital social

Prejuízos acumulados

Patrimônio líquido

2022

2021

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.728

3.7



CÂMARA MUNICIPAL
DE PITANGUI

Concurso Público - Edital nº 01/2023 - O edital está disponível através do site www.eloassessoriaeservicos.com.br.
Maiores informações, na Câmara - Telefone: (37) 3271-4466 e no site da empresa organizadora - www.eloassessoriaeservicos.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PORTEIRINHA/MG

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PORTEIRINHA-MG-Torna público o RESULTADO da Tomada de Preço nº 002/2023, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PORTAL RECEPTIVO DE ACESSO DA ENTRADA DA CIDADE DE NOVA PORTEIRINHA/MG. Empresa vencedora: **BRANIX EMPREENDIMENTO LTDA**-Valor de R\$ 197.863,57-Nova Porteirinha-MG-Eulene Mendes Pereira-Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PORTEIRINHA/MG

A Prefeitura Municipal De Nova Porteirinha-MG, torna público a Adjudicação/Homologação da Tomada de Preço nº 002/2023, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PORTAL RECEPTIVO DE ACESSO DA ENTRADA DA CIDADE DE NOVA PORTEIRINHA/MG. Empresa vencedora: **BRANIX EMPREENDIMENTO LTDA** - Valor de R\$ 197.863,57. Nova Porteirinha-MG - Regina Antônia de Souza Freitas-Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023

O Município de Nova Lima torna público que realizará licitação na modalidade Chamada Pública nº 001/2023. Objeto: **Aquisição de Gêneros Alimentícios (Horti-fruti)**. A abertura dar-se-á no dia 17/05/2023 às 09:00h na Rua Bias Fortes, nº 62 - 1º andar, Centro - Nova Lima/MG. O Edital estará disponível a partir do dia 25/04/2023 no site www.novalima.mg.gov.br e na Subsecretaria de Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Lima.
Nova Lima, 24 de Abril de 2023.
João Marcelo Dieguez Pereira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 15/2023

O Município de Nova Lima, torna público, que será reaberto novo prazo do **Pregão Eletrônico - nº 15/2023**. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Vigia Patrimonial Diurna e Noturna nos Prédios Públicos da Administração Municipal. Data de realização **08/05/2023 às 09:00 h**. O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em **Transparência/Publicações**.
Nova Lima, 25 de abril de 2023.
A Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

CONSULTA PÚBLICA 01/2023-SEMAD

Fica prorrogado até 27/05/2023 a consulta pública 01/2023-SEMAD, cujo objetivo é dialogar com pessoas jurídicas interessadas na prestação do serviço de implantação de sistema integrado. A consulta visa a dar transparência ao processo, estreitar o relacionamento com as empresas do ramo, bem como receber sugestões e contribuições, haja vista o término do atual contrato em setembro de 2024. Os documentos referentes à consulta poderão ser acessados no link: (<https://novalima.mg.gov.br/portal-transparencia/editais>)
Nova Lima, 24 de abril de 2023.
Henrique Aparecido Pimenta
Secretário Municipal de Administração

FUNDAÇÃO SÃO CARLOS - CNPJ: 02.877.511/0001-11			
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO VALORES EM R\$			
ATIVO	2022	2021	
Ativo Circulante - Disponível			
Caixa Atividade Fim Saúde	863,91	477,40	
Bancos c/Movimento Atividade Fim Saúde ..	11.641,65	645.731,30	
Aplicações Financeiras Atividade Fim Saúde ..	406.724,98	1.394.385,50	
Cheques a Depositar Atividade Fim Saúde ...	3.325,00	5.830,00	
Clientes - Clientes - Serviços de Saúde	7.249,20	6.972,40	
Cheques Devolvidos Atividade Fim Saúde	40.604,32	42.888,32	
Outros Créditos			
Convênios a Receber Atividade Fim Saúde ..	95.361,91	23.645,00	
Títulos a Receber Atividade Fim Saúde	502.193,50	556.567,21	
Adiantamento a Fornecedores Atividade Fim Saúde	3.923,23	2.523,90	
Adiantamento de Salários Atividade Fim Saúde	3.983,54	1.966,66	
Fim Saúde	1.445,20		
Outros Valores a Receber Atividade Fim Saúde	252,66	7.265,35	
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(13.279,46)	(16.118,03)	
Aplicações Financeiras - Aplicações Financeiras			
para Aquisição de Imobilizado.....	1.064.918,18	2.055.223,33	
Estoque - Almoarifado Atividade Fim Saúde ..	1.002.320,63	854.055,16	
Total Ativo Circulante	3.143.670,49	5.582.858,70	
Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Outros Créditos - Depósito Judicial	6.293,36	2.758,29	
Investimentos - Outras Participações Societárias	5.762,35	3.688,35	
Imóveis não destinados ao Uso.....	110.236,22	110.236,22	
Imobilizado			
Bens em Operação na Atividade Fim Saúde			
Imóveis	1.601.335,34	1.601.335,34	
(-) Deprec. Acum. Imóveis.....	(718.562,70)	(654.509,28)	
Móveis e Utensílios	801.765,79	805.619,99	
(-) Deprec. Acum. Móveis e Utensílios	(370.229,87)	(300.062,56)	
Aparelhos e Equipamentos Hospitalares	5.815.997,54	5.327.385,42	
(-) Deprec. Acum. Aparelhos e Equipamentos			
Hospitalares	(3.189.949,58)	(2.723.223,56)	
Equipamentos Informática	134.543,77	113.666,21	
(-) Deprec. Acum. Equipamentos Informática	(99.670,67)	(94.884,77)	
Equipamentos Telefônicos	30.019,57	30.019,57	
(-) Deprec. Acum. Equipamentos Telefônicos	(30.019,57)	(30.019,57)	
Elevador Thyssenkrupp	133.000,00	133.000,00	
(-) Deprec. Acum. Elevador Thyssenkrupp ..	(133.000,00)	(133.000,00)	
Intangível - Software Direito de Uso	39.381,16	39.381,16	
(-) Amort. Acum. Software	(36.761,66)	(34.142,17)	
Total Ativo Não Circulante.....	4.100.141,05	4.197.248,64	
Total do Ativo	7.243.811,54	9.780.107,34	
PASSIVO	2022	2021	
Passivo Circulante			
Empréstimos Atividade Fim Saúde	110.246,31	102.227,28	
Cheques a Compensar	5.108,56	6.499,11	
Convênios a Apropriar	185.179,90	604.204,04	
Subvenções a Realizar	879.738,28	1.451.019,29	
Fornecedores Atividade Fim Saúde	1.072.930,71	301.957,73	
Impostos e Contribuições a Pagar Atividade			
Fim Saúde	116.321,52	47.431,24	
Obrigações com o Pessoal Atividade Fim Saúde	379.415,66	333.815,33	
Obrigações Sociais e Trabalhistas Atividade			
Fim Saúde	91.567,77	66.723,58	
Provisões de Encargos Atividade Fim Saúde ..	646.188,05	649.616,88	
Outras Contas a Pagar Atividade Fim Saúde ..	396.728,44	506.248,18	
Receitas Diferidas	100.232,89	86.530,63	
Total Passivo Circulante	3.983.658,09	4.156.273,29	
Passivo Não Circulante			
Empréstimos Atividade Fim Saúde	166.349,50	519.655,66	
Outras Obrigações Atividade Fim Saúde	676.861,50	850.850,82	
Receitas Diferidas	516.015,30	604.751,72	
Total Passivo Não Circulante	1.359.226,30	1.975.258,20	
Patrimônio Social			
Patrimônio Social	1.297.789,90	1.193.137,04	
Ajustes de Exercícios Anteriores	(227.482,96)	(227.482,96)	
Subvenções	2.578.268,91	2.578.268,91	
Superávit ou Déficit do Exercício	(1.747.648,70)	104.652,86	
Total Patrimônio Social	1.900.927,15	3.648.575,85	
Total do Passivo	7.243.811,54	9.780.107,34	
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022			
Nota 1 - Contexto Operacional - A Fundação São Carlos é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, entidade filantrópica de caráter social, com atividade de prestação de serviços à Saúde, com autonomia administrativa e financeira, com duração indeterminada, regendo-se pelo presente estatuto e pela legislação que lhe for aplicável. Tem por finalidade o que reza o art. 3º do Estatuto. Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis da Fundação São Carlos foram levantadas a partir das diretrizes contábeis normalmente adotadas por entidades sem fins lucrativos ou econômicos para contabilização de suas operações sociais, com observância dos Princípios Contábeis geralmente aceitos e da legislação que rege a atividade, em especial o Decreto nº 7.237/10 que regulamenta a Lei nº 12.101/2009 e no que couber as normas relativas à Lei nº 6.404/1976 e alterações como a Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2021, de forma a permitir a comparabilidade. Nota 3 - Principais Práticas Contábeis - As principais diretrizes contábeis observadas na elaboração das demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes: a) Auração do resultado - O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. b) Regime de Escrituração - A Fundação adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. c) Ciclo operacional - Os ativos e passivos circunscritos em um período previsto até o final do exercício seguinte estão classificados como curto prazo e os excedentes como longo prazo. d) Aplicações financeiras - Estão demonstradas ao valor de aplicação acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício. e) Estoques - Estão avaliados pelo custo de aquisição através do método de custo médio ponderado reduzido por estimativas de perdas para ajustá-los ao preço de mercado. As despesas são reconhecidas no momento da utilização. f) Investimentos - Estão refletidos ao custo de aquisição menos as perdas estimadas. g) Imobilizado - Está refletido ao custo de aquisição ou construção e sobre os valores de custo foram calculados valores relativos a depreciações, limitados às taxas de vida útil do bem e valor residual atribuído. Não realizamos no exercício de 2022 testes de recuperação dos valores registrados no imobilizado conforme regras estabelecidas pelos CPC's. As taxas de depreciação utilizadas foram as seguintes:			
		Aliquota	
Depreciações			
Imóveis		4%	
Instalações		10%	
Aparelhos e Equipamentos Hospitalares		10%	
Móveis e Utensílios		10%	
Equipamentos Telefônicos		10%	
Equipamentos Informática		20%	
h) Ativo Intangível - No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos, aplicativos e suas licenças de uso. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e controlados pela entidade e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens que o compõem. i) Empréstimos e Financiamentos - A Fundação São Carlos possui empréstimos e financiamentos, estando apropriados em curto e longo prazo, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 13. j) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Ativos Contingentes: São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em notas explicativas. Passivos Contingentes: As contingências tributárias, cíveis e trabalhistas são provisionadas quando as perdas foram avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.			
Nota 4 - Disponível - O total do disponível estava assim composto:			
Descrição	2022	2021	
Caixa	863,91	477,40	
Bancos	11.641,65	645.731,30	
Aplicações Financeiras	406.724,98	1.394.385,50	
Total	422.555,54	2.046.424,20	
Nota 5 - Contas a Receber - Registra os direitos a receber de particulares, convênios e ao SUS pelo atendimento aos usuários e estava assim composto:			
Descrição	2022	2021	
Clientes	7.249,20	6.972,40	
Convênios a Receber.....	95.361,91	23.645,00	
Total	102.611,11	30.617,40	
Nota 6 - Outros Créditos e Títulos a Receber - A Fundação São Carlos possui outros créditos conforme demonstrado abaixo:			
Descrição	2022	2021	
Títulos a Receber	502.193,50	556.567,21	
Tributos a Recuperar	13.587,24	1.445,20	

DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT OU SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO VALORES EM R\$			
	2022	2021	
Receita Bruta de Vendas e Serviços - Com restrição			
Receita de Prestação de Serviços Hospitalares ..	12.073.221,76	15.496.623,09	
Gratuidades - Sem Restrição			
Receita com Isenção INSS Patronal	1.597.190,29	1.550.647,42	
Receita com Isenção PIS S/Folha	58.921,99	54.117,38	
Receita com Isenção COFINS S/Receita	362.196,65	464.898,70	
Receita com Isenção PIS S/Receita	78.475,94	100.728,05	
Receita de Convênios - Com Restrição			
Convênios Públicos	6.463.342,70	4.052.334,89	
Receitas Auxiliares - Sem Restrição			
Doações Pessoas Físicas e Jurídicas	28.638,62	95.572,28	
Receitas Financeiras - Sem Restrição			
Juros e Descontos	66.952,50	35.930,35	
Receitas Financeiras AVP.....	17.626,29	13.865,71	
Receita de Contratos - Com Restrição			
Contratos Públicos	2.621.782,00	3.640.787,49	
Outras Receitas Operacionais - Sem Restrição			
Receitas Diversas	20.979,14	-	
Outras Receitas - Sem Restrição			
Receitas Não Operacionais	2.220,64	3.906,93	
Outras Receitas - Com Restrição			
Receitas Não Operacionais	1.637,69	-	
Total das Receitas	23.393.186,21	25.509.412,29	
Custos Hospitalares			
Matéria e Medicamentos	(3.059.162,15)	(4.284.841,88)	
Raio-X	(9.396,76)	(7.832,84)	
Esterilização	(59.661,07)	(32.587,43)	
Lavanderia	(54.900,16)	(104.081,51)	
Alimentação Pacientes	(207.709,28)	(325.384,32)	
Banco de Sangue	(16.307,32)	(14.570,93)	
Custos de Manutenção	(1.204.443,92)	(1.888.598,60)	
Locação de Equipamentos para Oxigênio	(19.539,04)	(24.510,24)	
Serviços Atividade Fim Saúde	(8.772.608,10)	(7.109.846,74)	
Exames Laboratoriais	(380.826,86)	(479.341,53)	
Laudos de Tomografia	(346.376,20)	(401.783,00)	
Despesas Operacionais			
Despesas com Pessoal	(8.102.416,45)	(7.901.069,00)	
Aluguéis e Arrendamentos	(101.902,91)	(99.948,91)	
Impostos, Taxas e Contribuições	(457.883,36)	(579.894,04)	
Despesas Administrativas	(1.830.201,46)	(1.853.723,22)	
Despesas Eventuais	(6.748,72)	(121.142,35)	
Outras Despesas Operacionais			
Outras Despesas Operacionais	-	(88.245,51)	
Despesas Financeiras			
Despesas Financeiras	(91.805,42)	(75.732,74)	
Outras Despesas			
Outras Despesas	(418.945,73)	(11.624,64)	
Total das Despesas	(25.140.834,91)	(25.404.759,43)	
Superávit/(Déficit) do Exercício	(1.747.648,70)	104.652,86	
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO - VALORES EM R\$			
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2022	2021	
Descrição	2022	2021	
Superávit/(Déficit) do exercício	(1.747.648,70)	104.652,86	
Ajustes de valores contidos na DRE, porque não afetam o caixa			
(+) Depreciação e Amortização	638.658,00	602.479,05	
Ajustes de valores pelas variações dos ativos e passivos operacionais exceto as contas Caixa/Bancos/Aplicações			
(-) Aumento/Redução nas contas de Clientes ..	(276,80)	(6.203,40)	
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

Cheques a depositar	3.325,00	5.830,00
Cheques devolvidos	40.604,32	42.888,32
Adiantamentos	7.906,77	4.490,56
Outras contas receber	252,66	7.265,35
Provisão para perdas	(13.279,46)	(16.118,03)
Total	554.590,03	602.368,61
Nota 7 - Estoque - O estoque está assim representado:		
Descrição	2022	2021
Almoarifado	65.321,31	44.071,53
Farmácia	936.999,32	809.983,63
Total	1.002.320,63	854.055,16
Nota 8 - Aplicações Financeiras com Restrições - O grupo apresentava saldo de R\$ 1.064.918,18 (R\$ 2.055.223,33 em 2021) alocados nos Bancos do Brasil e Caixa Econômica Federal, vinculados a convênios a apropriar alocados no passivo circulante. Nota 9 - Investimentos - A Fundação São Carlos possui os seguintes investimentos:		
No exercício de 2022 a entidade não efetuou estudos para verificar a possibilidade e, consequentemente, novas taxas de depreciação, conforme previsto no Segue abaixo quadro de movimentação do ativo imobilizado no ano de 2022:		
Descrição		Valor
Imóveis		2
Aparelhos e Equip. Hospitalares		
Equip. Informática		
Equip. Telefônicos		
Móveis e Utensílios		
Instalações		
Total		4



EDITAL DE CITAÇÃO- USUCAPIÃO

EDITAL DE USUCAPIÃO- PRAZO DE 20 DIAS - O(A) Dr. CARLOS ALBERTO DE FARIA, Juiz(a) de Direito em exercício nesta Comarca, faz saber que e processam nesta Comarca os autos da Ação de Usucapião, Processo eletrônico 5000977-35.2019.8.13.0346, requerida por **DUARTE PINTO ALVES E OUTROS**, tendo como objeto de pedir o reconhecimento da posse sobre o imóvel localizado Rua José Evaristo Rodrigues, 205, Bairro São Tarcísio, Jaboticatubas/MG com área de 413,07m², confrontando com Langes Maria Ferreira do Nascimento, Terezinha do Nascimento, Ilaci Santos Meira, João Bosco Pereira, Leandro Rodrigues Ribeiro e com com o Município de Jaboticatubas. Expediu-se o presente edital para citação de terceiros, ausentes, incertos e não sabidos, para que, querendo, contestem no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados pelos autores. O presente edital será publicado e afixado no local de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Jaboticatubas, data da assinatura eletrônica. Eu, Escrivã judicial, o digitei. A MM. Juíza de Direito, conforme assinatura eletrônica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA/MG

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2023 - Tomada de Preços nº 006/2023. Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para execução de obra de Construção de um Complexo Poliesportivo, composto de lanchonete, vestiário, campo society, quadra de areia, pista de skate e arquibancada, no Município, em conformidade com o a planilhas orçamentárias de custo, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e demais documentos que compõem o presente instrumento. Entrega dos envelopes 12/05/2023 às 08:50 horas; Abertura: 12/05/2023 às 09:00 horas. Edital e seus anexos no Site: www.pedrabonita.mg.gov.br . Informações pelo Tel.: (31) 3872-9103, de 08h00min às 11h00min e de 13h00min às 17h00min, pelo e-mail: licitacao@pedrabonita.mg.gov.br, pessoalmente na sede da Prefeitura. Pedra Bonita/MG, 24 de abril de 2023. Luiz Fernando Gomes de Abreu – Presidente da CPL.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2023 - Tomada de Preços nº 007/2023. Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para execução de obra de ampliação e reforma da Capela de Velório Municipal Helena Cotta Leal no Município, em conformidade com o a planilhas orçamentárias de custo, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e demais documentos que compõem o presente instrumento. Entrega dos envelopes 12/05/2023 às 12:50 horas; Abertura: 12/05/2023 às 13:00 horas. Edital e seus anexos disponíveis no Site: www.pedrabonita.mg.gov.br . Informações pelo Tel.: (31) 3872-9103 de 08h00min às 11h00min e de 13h00min às 17h00min, pelo e-mail: licitacao@pedrabonita.mg.gov.br, pessoalmente na sede da Prefeitura. Pedra Bonita/MG, 24 de abril de 2023. Luiz Fernando Gomes de Abreu – Presidente da CPL.

MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF Nº 02.578.564/0001-31 - NIRE 3130002596-9
Companhia Fechada

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da **MRL ENGENHARIA E EMPREEDIMENTOS S.A.** ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar na sede social da Companhia, na Avenida Professor Mário Werneck, nº 621, 8º andar, sala 8 E, Bairro Estoril, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.455-610, no dia 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) **Deliberar** sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria; examinar, discutir e votar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) **Deliberar** sobre a absorção parcial dos prejuízos apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, pelas contas (a) de reserva legal, (b) de reserva de lucros e (c) de reserva especial de dividendos; (iii) **Deliberar** sobre a eleição dos indicados para compor o Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, prorrogáveis até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2025; (iv) **Deliberar** sobre a fixação da remuneração anual global da Administração para o exercício social de 2023; e (v) **Deliberar** sobre a publicação da ata da Assembleia Geral na forma do art. 130, §2º, da Lei 6.404/76, omitindo-se os nomes dos acionistas.

Instruções Gerais: a) Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, todas as informações e documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas; e b) Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/1976, os acionistas deverão exibir documento de identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia, podendo ser representados por mandatários, observadas as determinações e restrições legais. Pede-se que os documentos que comprovem a regularidade da representação sejam entregues, na sede da Companhia, no mínimo 24 horas antes da Assembleia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2023.
Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza
Diretor-Presidente

ELEPAR CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 32.171.246/0001-12 NIRE 3130012733-8 - Companhia Fechada

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Elepar Consultoria e Participações S.A.** ("Companhia") na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 02 de maio de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua dos Aímoreis, n. 3.075, Sala 601, bairro Barro Preto, CEP 30140-073, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (i) Em se tratando das matérias de **Assembleia Ordinária**: (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (b) Destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. (ii) Em se tratando das matérias de **Assembleia Extraordinária**: (a) Realização de aumento de capital social da Companhia, incluindo a emissão, subscrição e integralização de novas ações, nos termos de direitos outorgados no âmbito do Plano Geral para a Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de setembro de 2020 ("Plano"), com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia; (b) Alteração e reforma das condições comerciais e da estrutura de direitos e obrigações estabelecidas no Plano, sem que seja alterado o Limite Global (conforme definido no Plano) de participação societária que pode ser outorgada aos beneficiários do Plano, com a consequente consolidação dos termos e condições do Plano; (c) Comunicação, esclarecimentos (se for o caso) e registro a respeito de rodada de captação de investimentos, promovida pela Companhia e atualmente em curso; (d) Ratificação dos acionistas ingressantes no quadro acionário da Companhia, conforme previsto no Acordo de Acionistas da Companhia vigente; e (e) Consolidação do Estatuto Social da Companhia, para refletir as alterações estatutárias aprovadas na Assembleia. Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia, conforme exigidos pelo Art. 133 da Lei das Sociedades por Ações, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia desde 01.04.2023, conforme publicações de Aviso aos Acionistas, realizadas nos termos do Art. 133 da Lei das Sociedades por Ações, no jornal "Hoje em Dia", nas edições dos dias 01, 04 e 05 de abril de 2023, no Caderno de Editais, nas páginas 3, 14 e 4, respectivamente. Para participação e deliberação na Assembleia, os acionistas deverão comprovar sua titularidade das ações, por meio do Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, e apresentar documento de identidade, conforme o caso: (i) **Pessoas Físicas**: documento de identificação com foto; e (ii) **Pessoas Jurídicas**: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e dos atos societários outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Aos acionistas que se fizerem representar por meio de procurador, solicitamos que o instrumento de mandato, nos termos do Art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, seja depositado na sede da Companhia, preferencialmente com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia. Belo Horizonte/MG, 24 de abril de 2023.

Gustavo de Lima Palhares - Diretor-Presidente

CIA. PARAENSE DE EMPREENDIMENTOS - CNPJ: 20.134.177/0001-98

Exercício encerrado em 31/12/2022

Balanço Patrimonial - RS		Demonstrativo de Resultado - RS	
Ativo Circulante	3.703.546,59	Receita Operacional Bruta	1.270.113,09
Ativo Não-Circulante	815.589,11	Deduções da Receita	46.753,36
Total do Ativo	4.519.135,70	Custo dos Lotes Vendidos	281.054,77
Passivo Circulante	3.104.775,80	Despesas Operacionais	715.881,50
Passivo Não-Circulante	186.695,65	Receitas Financeiras	1.200,36
Patrimônio Líquido	1.227.664,25	Outras Receitas Operacionais	10.801,22
Total do Passivo	4.519.135,70	Resultado do Exercício	238.425,04

Pará de Minas, 31 de dezembro de 2022

Júlio Maria Guimarães Ferreira - CPF 092.355.746-68 - Diretor Presidente
Luciano Alvinio Correa Júnior - CRC 077393 - Contador

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato do segundo aditivo de vigência de prazo ao contrato nº 2224001
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 0240/2022 MODALIDADE: Dispensa Nº. 029/2022 **CONTRATANTE:** Município de Janaúba/MG **CONTRATADA:** MS Spínola Serviços Ltda **OBJETO DA LICITAÇÃO:** Realização de reforma da quadra interna da Escola Municipal Ludovina F. Pereira, no Município de Janaúba/MG **VIGÊNCIA:** 14/12/2022 a 14/04/2023 **PRORROGAÇÃO:** 14/04/2023 a 14/07/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato do segundo aditivo de vigência de prazo ao contrato nº 227801
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.: 078/2022 MODALIDADE: Dispensa Nº.: 029/2022 **CONTRATANTE:** Município de Janaúba/MG **CONTRATADA:** Onofre Pereira da Silva **OBJETO DA LICITAÇÃO :** Locação de Imóvel para funcionamento da sede da Secretaria Municipal de Saúde (Praça Dr. Rockert 78, Centro) **VIGÊNCIA:** 14/04/2022 a 14/04/2023 **PRORROGAÇÃO:** 14/04/2023 a 14/10/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato do primeiro aditivo de vigência de prazo ao contrato nº 2225401
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.: 254/2022 MODALIDADE: Tomada de preço Nº. 038/2022 **CONTRATANTE:** Município de Janaúba/MG **CONTRATADA:** JJF Construtora e Locação de Máquinas Ltda **OBJETO DA LICITAÇÃO :** Contratação de empresa especializada para realização de reforma do CAIC **VIGÊNCIA:** 30/12/2022 a 30/04/2023 **PRORROGAÇÃO:** 30/04/2023 a 30/08/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIOGO DE VASCONCELOS/MG – Aviso de Leilão – Objeto: Alienação de Bens Móveis e Imóveis Inservíveis Pertencentes ao Município de Diogo de Vasconcelos, a ser realizado pelo Leiloeiro Oficial - Gustavo Costa Aguiar Oliveira, MAT. JUCEMG Nº 507. Leilão: "Online": abertura de lances no dia 01/05/2023, no site www.gpleiloes.com.br. Com encerramento no dia 12/05/2023, às 14h00min. O edital completo encontra-se disponível no site www.gpleiloes.com.br. Mais informações pelo telefone: (31) 3241-4164.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato do primeiro aditivo de vigência de prazo ao contrato nº 227501
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.: 075/2022 MODALIDADE: Dispensa Nº. 027/2022 **CONTRATANTE:** Município de Janaúba/MG **CONTRATADA:** Juan Stefano Pinho Lopes **OBJETO DA LICITAÇÃO:** Locação de Imóvel para funcionamento de galpão de triagem de resíduos recicláveis da Coleta Seletiva. (Av. Mestre Alfredo Barbosa 430, Padre Eustáquio) **VIGÊNCIA:** 08/04/2022 a 08/04/2023 **PRORROGAÇÃO:** 08/04/2023 a 08/04/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato de Homologação
Processo de Licitação nº: 52/2023
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 08/2023 **Contratante:** Município de Janaúba/MG **Contratadas/Valores totais:** Eletro Geral Ltda/R\$ 365.220,00; Gorutuba Diesel Ltda/R\$ 257.010,00; MM Pneus Centro Automotivo Ltda/R\$ 145.100,00 **Objeto da Licitação:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva para a frota de veículos e equipamentos mecânicos deste município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato do primeiro aditivo de vigência de prazo ao contrato nº 225201
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.: 052/2022 MODALIDADE: Dispensa Nº. 014/2022 **CONTRATANTE:** Município de Janaúba/MG **CONTRATADA:** Asilo São Vicente de Paula **OBJETO DA LICITAÇÃO :** Locação de imóvel para funcionamento do centro de fisioterapia de Janaúba/MG **VIGÊNCIA:** 14/04/2022 a 14/04/2023 **PRORROGAÇÃO:** 14/04/2023 a 14/04/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato do primeiro aditivo de vigência de prazo ao contrato nº 2225101
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.: 251/2022 MODALIDADE: Tomada de preço Nº. 036/2022 **CONTRATANTE:** Município de Janaúba/MG **CONTRATADA:** Valdir Moreira Caandido **OBJETO DA LICITAÇÃO :** Contratação de empresa especializada para a realização de reforma da quadra da Escola Madre Cândida de Jesus **VIGÊNCIA:** 06/01/2023 a 06/03/2023 **PRORROGAÇÃO:** 06/03/2023 a 06/07/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato de Contrato
Processo de Licitação nº: 52/2023
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 08/2023 **Contratante:** Município de Janaúba/MG **Contratadas/Valores totais:** Eletro Geral Ltda. /R\$ 365.220,00; Gorutuba Diesel Ltda. /R\$ 257.010,00; MM Pneus Centro Automotivo Ltda. /R\$ 145.100,00 **Objeto da Licitação:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva para a frota de veículos e equipamentos mecânicos deste município **Vigência:** 04/04/2023 a 04/04/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOBIM/MG
EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2022
A Prefeitura Municipal de Itaubim/MG, através do Pregoeiro, torna pública a Adesão à Ata de Registro de Preço resultante do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 026/2022, promovido pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO DOS POLANTES**, que tem por objeto Registro de Preços para a contratação de empresa para futura e eventual prestação de serviços de confecção de adesivo, envelopamento automotivo, dentre outros. **ÓRGÃO GERENCIADOR:** Prefeitura Municipal de Itaubim/MG. **DETENTORA:** Antônio Pereira da Silva Neto 07005681665. **VALOR:** 88.200,00 (Oitenta e oito mil e duzentos reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES/MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2023 O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES - MG torna público que realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço por lote para registro de preços, nos termos das Leis 10.520/02, 8.666/93, e suas alterações para a contratação de empresa especializada para a realização de serviços de engenharia para a manutenção de prédios e vias públicas, acolhimento das propostas até as 08:30 do dia 11/04/2023. Realização da sessão no endereço eletrônico <http://comprasbr.com.br>. O edital completo e maiores informações poderão ser obtidos: e-mail: licitacoes@saiojaodasmissoes.mg.gov.br, site: www.saiojaodasmissoes.mg.gov.br. São João das Missões, 24 de abril de 2023. Paulo Sérgio Gomes dos Santos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato do quarto aditivo de vigência de prazo ao contrato nº 224401
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.: 044/2022 MODALIDADE: Tomada de preço Nº. 09/2022 **CONTRATANTE:** Município de Janaúba/MG **CONTRATADA:** JJF Construtora e Locação de Máquinas Ltda **OBJETO DA LICITAÇÃO :** Contratação de empresa para execução de serviços e obra de recuperação e revitalização de logradouros públicos **VIGÊNCIA:** 06/04/2022 a 06/04/2023 **PRORROGAÇÃO:** 06/04/2023 a 06/06/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato do primeiro aditivo de vigência de prazo ao contrato nº 225301
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.: 053/2022 MODALIDADE: Dispensa Nº. 015/2022 **CONTRATANTE:** Município de Janaúba/MG **CONTRATADA:** Asilo São Vicente de Paula **OBJETO DA LICITAÇÃO :** Locação de Imóvel destinado ao funcionamento do almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde **VIGÊNCIA:** 14/04/2022 a 14/04/2023 **PRORROGAÇÃO:** 14/04/2023 a 14/04/2024

TOXICOLOGIA PARDINI LABORATÓRIOS S/A

CNPJ: 13.780.714/0001-01 - NIRE: 3130012494-1

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)			(Valores expressos em milhares de reais – R\$)			
	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	
Ativos						
Ativos circulantes						
Caixa e equivalentes de caixa	16.219	13.233	Lucro do exercício	5.111	20.355	
Contas a receber de clientes	1.765	5.237	Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	-	-	
Estoques	7.216	12.908	Resultado abrangente total do exercício	5.111	20.355	
Impostos a recuperar	3.325	8.086	Resultado abrangente total atribuível a:			
Outros ativos circulantes	1.950	2.569	Acionistas da controladora	5.111	20.355	
Total dos ativos circulantes	30.475	42.033	Resultado abrangente total do exercício	5.111	20.355	
Ativos não circulantes						
Realizável a longo prazo:						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	709	976	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
Outros ativos não circulantes	14	3	(Valores expressos em milhares de reais – R\$)			
Total do realizável a longo prazo	723	979		31/12/2022	31/12/2021	
Imobilizado	12.174	13.988	Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Intangível	2.818	1.106	Lucro (Prejuízo) do exercício	5.111	20.355	
Direito de uso	1.443	2.130	Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado do exercício	3.588	10.349	
Total dos ativos não circulantes	17.158	18.203	Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	66	(3.547)	
Total dos ativos	47.633	60.236	Provisão (reversão) de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	54	(24)	
Passivo e patrimônio líquido						
Passivos circulantes						
Fornecedores	7.674	8.927	Depreciações e amortizações	2.322	2.096	
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	1.648	12.778	Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures, parcelamentos, mútuos e arrendamentos	178	293	
Arrendamentos circulante	248	712	Outros	7	(290)	
Parcelamentos tributários	11	56		11.326	29.232	
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.235	4.214	Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Outros passivos circulantes	1.660	1.862	Contas a receber de clientes	3.406	2.755	
Total dos passivos circulantes	12.476	28.549	Estoques	5.692	(11.322)	
Passivos não circulantes						
Arrendamentos não circulante	1.255	1.646	Impostos a recuperar	4.761	5.217	
Parcelamentos tributários	42	53	Outros ativos	608	(1.143)	
Provisão para riscos	881	900	Fornecedores	(1.253)	309	
Outros passivos não circulantes	15	-	Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	(6.649)	(3.838)	
Total dos passivos não circulantes	2.193	2.599	Outros passivos	(187)	894	
Total dos passivos	14.669	31.148	Caixa gerado pelas atividades operacionais	17.704	22.104	
Patrimônio líquido						
Capital social	8.254	8.254	Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Reservas de capital	3.897	3.897	Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, parcelamentos e arrendamentos	(166)	(113)	
Reservas de lucros	20.813	16.937	Pagamento de riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(73)	0	
Total do patrimônio líquido	32.964	29.088	Imposto de renda e contribuição social pagos durante o período	(7.802)	(8.701)	
Total dos passivos e patrimônio líquido	47.633	60.236	Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	9.663	13.290	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO						
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)						
	31/12/2022	31/12/2021	Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Receita líquida de prestação de serviços	83.087	124.965	Aquisição de imobilizado e intangível	(1.825)	(3.562)	
Custo dos serviços prestados	(63.637)	(81.715)	Créditos com empresas ligadas	0	(1.210)	
Lucro bruto	19.450	43.250	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.825)	(4.772)	
Recargas (despesas) operacionais	(6.943)	(6.303)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Com vendas	(2.660)	(3.756)	Parcelamentos:			
Gerais e administrativas	(2.660)	(3.756)	- Pagamento do principal das obrigações de parcelamentos	(45)	(49)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(476)	(774)	Arrendamentos			
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	9.371	32.417	- Amortizações	(593)	(360)	
Resultado financeiro	-	-	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(4.214)	(2.822)	
Receitas financeiras	1.832	873	Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(4.852)	(3.231)	
Despesas financeiras	(2.503)	(2.541)	Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	2.986	5.287	
Variação cambial, líquida	(1)	(45)	Variação no caixa e equivalentes de caixa			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.699	30.704	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13.233	7.942	
Imposto de renda e contribuição social	-	-	Caixa líquido de acervos adquiridos	0	4	
Corrente	(3.321)	(9.425)	Caixa e equivalentes de caixa no final do período	16.219	13.233	
Diferido	(267)	(924)	Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	2.986	5.287	
Lucro do exercício	5.111	20.355				



PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato do quinto aditivo de reequilíbrio econômico ao contrato nº 223701

Processo de Licitação nº.: 037/2022 Modalidade: Inexigibilidade nº 03/2022 Contratante: Município de Janaúba-MG Contratada: Fundação de Assistência Social de Janaúba – Fundajan Objeto da Licitação: Celebrar contrato junto a Fundação Assistencial Social de Janaúba- FUNDAJAN, prestador de serviço no SUS de forma a definir a sua inserção na rede regionalizada de ações e serviços de saúde, ambulatoriais e hospitalares a serem prestados aos indivíduos que deles necessitem Valor total acrescido neste Aditivo: R\$ 900.356,16 Valor do Contrato Atualizado: R\$ 28.043.008,44

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPONVAR/MG

Processo Licitatório nº 043/2023

Pregão Presencial nº 014/2023

Objeto: Contratação de serviços de terceiros de mão de obra de pedreiro, encanador, bombeiro hidráulico e soldador. Abertura: 08/05/2023 às 14:00 horas. E-mail: japonvarlicitacao@gmail.com.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRAS/MG

O Município de Gameleiras/MG, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 08/2023, no dia 09 de Maio de 2023, às 08h00min, na sede da Prefeitura de Gameleiras-MG, localizada na Praça São Francisco, nº 102 - Centro - Gameleiras/MG, Tipo Menor preço por item - Objetivando o registro de preços para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E ESTRUTURA EM GERAL, PARA REALIZAÇÃO DAS DIVERSAS FESTIVIDADES E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRAS/MG. O edital poderá ser solicitado na sede da Prefeitura, pelo site: gameleiras.mg.gov.br ou pelo e-mail: licitacaogameleiras@yahoo.com Gilmar Rodrigues Oliveira Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato de Contrato

Processo de Licitação nº: 49/2022 Modalidade: Pregão Presencial nº20/2022 Contratante: Município de Janaúba/MG Contratada/Valor total: Deusmildo Soares Teodoro / R\$ 52.318,70 Objeto da Licitação: A contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e serviços de serralheria Vigência: 30/03/2023 a 30/09/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato de Contrato

Processo de Licitação nº: 55/2023 Modalidade: Pregão Presencial nº13/2023 Contratante: Município de Janaúba/MG Contratada/Valor total: Adriana Sales Assunção e Silva/R\$ 182.500,00 Objeto da Licitação: Aquisição de placas e materiais para sinalização de trânsito Vigência: 10/04/2023 a 10/04/2024.

HOJE EM DIA

ANUNCIE AQUI

(31) 3236-8001

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO. Pregão Eletrônico - Processo de Compra nº 1441003 000042/2023. Beneficiário: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços gráficos diversos pelo prazo de 12 (doze) meses, com garantia de qualidade, incluindo todo o material e mão de obra necessários, a serem executados sob demanda, para atender necessidades da DPMG, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I do Edital. Sessão do Pregão: 10/05/2023 às 10h00min no site www.compras.mg.gov.br. Envio das Propostas Comerciais: INÍCIO dia 25/04/2023 às 14h30min e TÉRMINO dia 10/05/2023, às 09h30min. Edital disponível no mesmo site. Pregoeiro: Helbert Bruno Paulino Lourenço. Belo Horizonte, 24 de abril de 2023.

HOJE EM DIA

ANUNCIE AQUI (31) 3253-2205

América Futebol Clube

CNPJ 17.297.516/0001-42

Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo

Convocação

Ficam convocados os integrantes do Conselho Deliberativo do AMÉRICA FUTEBOL CLUBE, em pleno gozo de seus direitos sociais, para comparecerem à Reunião Ordinária do Órgão, que será realizada, presencialmente, no Estádio Independência, anel intermediário do portão 6 (Setor VIP Minas), localizado na Rua Pitangui, nº 3230, bairro Horto, na cidade de Belo Horizonte/MG, no dia 27 de abril de 2023, às 18:30 horas, em 1ª chamada, ou às 19:00 horas, em 2ª chamada, para:

a) Exame e deliberação sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório Anual e Prestação de Contas do Conselho de Administração, Pareceres da Auditoria Externa e do Conselho Fiscal relativas ao exercício de 2022;

b) Apresentação do orçamento do Clube para o exercício de 2023;

c) Aprovação do projeto imobiliário do terreno de Três Barras; e

d) Outros assuntos do interesse social.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2023.

Márcio Vidal Gomes da Gama

Presidente do Conselho Deliberativo

SELEÇÃO DE

PACIENTES

ODONTOLÓGICOS EM NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO

• Endodontia (canal)

• Ortodontia (aparelhos)

• Implantodontia (implantes)

Rua dos Pampas, 484 (Prado) - BH/MG

(31) 3236-8125 / (31) 989-799-512

posodontologiaprado@funorte.edu.br

FUNORTE

PÓS-GRADUAÇÃO

BELO HORIZONTE